

Puxando o País para trás

JORNAL DA TARDE

08 JUL 1991

Como acontece com frequência entre nós, o povo está caminhando muito mais depressa do que a classe política na direção do futuro. Para comprovar isso basta comparar a adesão da grande maioria da população — atestada pelas pesquisas de opinião — às medidas capazes de abrir para o Brasil as portas do Primeiro Mundo com o ressurgimento de um anacronismo como a Frente Parlamentar Nacionalista, típico produto dos equívocos ideológicos da década de 50, cuja pesada herança continuamos a carregar até hoje. Enquanto o povo quer empurrar o País para a frente, os “nacionalistas” se organizam no Congresso, num mutirão suprapartidário, para puxá-lo para trás.

As pesquisas que o Ibope, a pedido do governo federal, vem realizando sistematicamente para determinar a opinião da população sobre algumas das questões mais importantes para o País, apresentam resultados animadores. Com relação à dívida externa, por exemplo, a esmagadora maioria de 88% dos brasileiros acha que ela deve ser paga até o último centavo, de preferência lentamente. Isso significa que o povo não só reage com a natural decência do bom pagador — o que não exclui o realismo de que o pagamento deve ser feito lentamente, tendo em vista as dificuldades do País — como também que ele intui que sem um acordo com os credores as portas para os novos investimentos estrangeiros, que são essenciais à retomada do desenvolvimento, continuarão fechadas.

Com relação à questão-chave da reforma do Estado, cujo crescimento anormal levou não apenas à multiplicação de empresas públicas deficitárias e ineficientes como também à inibição do setor privado, elemento propulsor do progresso em todas as economias bem-sucedidas do mundo, o povo demonstra saber muito bem para onde sopram os ventos. A maioria absoluta da população deseja a redução da máquina governamental, a diminuição do número de ministérios e funcionários, assim como um corte em mordomias como carros oficiais e imóveis funcionais. A mesma maioria deseja também a simplificação do sistema tributário e uma severa punição para os envolvidos nas fraudes da Previdência. Nada mais natural do

que essa reação, porque, afinal, é o dinheiro dos impostos pagos pela população que sustenta a ineficiência, o desperdício e as fraudes que grassam no setor público.

Infelizmente, as aspirações reformistas e modernizadoras da grande maioria da população vêm sendo frustradas no Congresso por políticos como esses que estão ressuscitando a Frente Parlamentar Nacionalista para empurrar o Brasil de volta à década de 50 e a bolorentos **slogans** como o “petróleo é nosso” que, aplicado na forma do estabelecimento dos monopólios da Petrobrás, tem mantido o País amarrado à obrigação de comprar as matérias-primas e os combustíveis de pior qualidade e maior preço do mundo, o que representa um ônus para todo o sistema de transportes nacional e para uma série de indústrias brasileiras que, por isso, não têm condições de competir no mercado internacional.

Mas, apesar da obviedade da causa desses prejuízos e de todos os sinais de que a maioria do País percebe que aí está um dos maiores obstáculos à sua desamarração — sinais que se expressam na eleição do presidente Collor, toda baseada num discurso claro contra esse tipo de coisas e nas pesquisas acima mencionadas —, boa parte do Congresso Nacional continua indiferente. A Frente Nacionalista recém-desenterrada dos anos 40 já conseguiu assinaturas de apoio de nada menos de 170 deputados e senadores. Com a sua defesa de “patrimônios do público” falidos do Brasil velho das sinecuras, dos privilégios corporativos e das reservas de mercado responsáveis pelo nosso atraso tecnológico, esse bloco reacionário é uma nova ameaça às reformas modernizadoras.

Enquanto ele puxa o Brasil para trás, contra a vontade da maioria, a União Soviética e a Argentina — para só citar dois exemplos — já estão executando amplos programas de privatização para se livrar do peso morto do “patrimônio público”. Aqui, apesar dos esforços do governo, ainda não conseguimos fazer uma só privatização.

Resta esperar que a opinião da maioria acabe por se impor ao bolorento bloco reacionário dos “nacionalistas”.